

RAZÕES DE ESQUERDA



JUVENTUDE
SOCIALISTA

MARIA BEGONHA

2018–2020 | Candidatura a Secretária-Geral
da Juventude Socialista

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

RAZÕES DE ESQUERDA



JUVENTUDE
SOCIALISTA

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

1ª Subscritora_ Maria Begonha

ÍNDICE

3

As Minhas Razões de Esquerda

7

As Nossas Razões

12

Desafios Geracionais

25

Desafios Intergeracionais

42

Desafios Internos

AS MINHAS RAZÕES DE ESQUERDA

Caras e caros camaradas,

O socialismo democrático nunca foi tão necessário quanto hoje. Um socialismo sem dogmas, com um justo equilíbrio entre a liberdade individual, a iniciativa privada e o interesse público, que defende um Estado forte e interventivo e **alicerçado numa verdadeira economia social de mercado que gere crescimento económico para ser redistribuído**, mas que responde, com esforço de modernização e investimento público, à realidade contemporânea e à complexidade da nossa sociedade.

Afirmamos que queremos **mais Estado** e reformar uma economia que não preenche as necessidades de todos, tendo como centro os desafios dos jovens portugueses, num mundo

de desigualdades profundas. **É por isso que defendemos uma Economia de Esquerda**, que nos retire da sub-representação das prioridades económicas. Precisamos de resgatar o conceito de que a JS está na linha da frente da interpretação e representação dos jovens, debatendo os problemas materiais das suas vidas e **liderando nas respostas e soluções para os nossos Desafios Geracionais.**

Temos razões para afirmar que a Juventude Socialista nunca foi tão necessária quanto hoje. Uma JS que assume **o compromisso ideológico de continuar convictamente republicana e democrata, crítica ao funcionamento do capitalismo, adversária do conservadorismo e do liberalismo económico**, e fiel ao seu princípio de agir por mais igualdade e lutar contra todas as formas de discriminação,

em Portugal e na Europa.

Em Portugal temos um Governo e um quadro parlamentar que têm sabido prosseguir a obra de melhoria da qualidade de vida dos governados e dos representados, retomando um caminho de interesse pelas soluções sociais, pelos mais pobres e pelas classes médias, **transformando a nossa sociedade do século XXI sem esquecer os valores que o 25 de Abril nos legou**: o combate incessante pela Igualdade enquanto bandeira do progresso e da prossecução da felicidade como fim em si mesmo, tal e qual como nos dita a Constituição da República.

Sob o signo internacional vemos a ação devastadora do populismo nas sociedades contemporâneas. E atrás do populismo vêm outros perigos reais: as discriminações, a xenofobia, o racismo, o protecionismo económico, a negação do multiculturalismo, o regresso do poder pessoal, das tiranias e das restrições à Liberdade. Nós socialistas portugueses e europeus, cidadãos do mundo por escolha consciente, temos travado os nossos combates e **temos de redobrar esforços com outros democratas, para salvaguardar o modelo de Estado Social Europeu e lutar pelas causas da nossa geração**:

Temos razões para lutar pelas condições de emancipação da juventude, eternamente adiadas enquanto os jovens não tiverem uma

voz mais forte e exigente face à participação política e à sua representatividade eleitoral e tão fundamentais quanto essenciais nos parecem as aspirações da geração mais qualificada e empreendedora de sempre, que quer continuar a sua educação profissional, científica e cultural, mas **com legítimas ambições de encontrar emprego, habitação e qualidade de vida que correspondam à sociedade desenvolvida em que vivemos e não à exclusão que a exploração económica e crises cíclicas do capitalismo nos querem à força votar**.

Temos razões para lutar – já e urgentemente – por uma sociedade atuante face às **alterações climáticas, que altere o paradigma a tempo de conservar o meio ambiente e a natureza sustentável face à ação humana**.

Temos razões para lutar pela **globalização da política**, pelo fortalecimento das organizações internacionais, procurando combater as desigualdades gritantes que a globalização financeira acentuou, nas divisões e conflitos entre os ricos e os pobres no mundo. Na juventude socialista, **não teremos uma visão conformada e complacente face aos desafios que resultam da globalização, da integração europeia e da redução da intervenção e papel do Estado, como transformações irreversíveis e imutáveis**.

Temos **Razões de Esquerda para militar numa juventude partidária**, e para recusar o

estigma que nos tentam associar, honrado a militância convicta na Juventude Socialista, a maior organização política de juventude em Portugal, **a mais representativa de norte a sul, continente e regiões autónomas**, consciente das múltiplas realidades territoriais e regionais que compõem o todo nacional, **do litoral ao interior**.

Assumo-me como entusiasta do **diálogo à esquerda** e da construção que o Partido Socialista conseguiu fazer em torno da **Geringonça** e nomeadamente da **ação do nosso primeiro-ministro António Costa**. No novo ciclo que se abre com a proximidade das Eleições Legislativas, defendo uma Juventude Socialista que lute ao lado de **um Partido Socialista que lidera os projetos políticos de esquerda para Portugal** e que reconhece na JS o parceiro político natural, leal e prioritário para o diálogo que deve encetar na busca das melhores políticas para o país e para as novas gerações.

Considero que **a Juventude Socialista tem uma palavra a dizer no seio do Partido, como voz de consciência da juventude portuguesa** e que se assumam com frontalidade os combates que estaremos disponíveis para travar em nome das nossas propostas, das nossas ideias, das nossas convicções!

No próximo mandato, temos razões de esquerda que acompanham os nossos manifestos e **as nossas prioridades em três eleições**

importantes para o futuro de Portugal e dos portugueses e para a transformação da nossa realidade política: **eleições regionais da Madeira**, que serão as primeiras eleições regionais que o Partido Socialista e a Juventude Socialista vão vencer nesta região autónoma, e para o qual contam com o total apoio e solidariedade de todos os camaradas socialistas do nosso país.

As eleições europeias, desafio fundamental num momento chave para a ultrapassagem de impasses e desilusões do projeto europeu e que têm de representar um salto de confiança dos portugueses e de todos os europeus progressistas, socialistas e sociais-democratas numa União que convirja em torno do desenvolvimento comum e da igualdade. **Temos razões para defender bem alto a União Europeia e o seu pilar social**, que nas últimas décadas nos trouxe desenvolvimento e estabilidade, abrindo as fronteiras que permitiram a nossa afirmação enquanto geração cosmopolita, que vê a cidadania europeia como uma conquista irreversível. **Reconhecer os méritos da construção europeia não nos limita na ambição de querer reformar o projeto europeu** e fazer a social-democracia regressar, com peso e força transversal aos vários Estados e povos, à governança da União Europeia.

E as eleições legislativas, onde com enorme respeito pelo trabalho social e pelos avanços

conseguidos com a Geringonça, o Partido Socialista e a Juventude Socialista têm de reforçar a representatividade eleitoral, vencendo inequivocamente as eleições com uma vitória histórica que nos permita consolidar um país sustentável e gerador de oportunidades para todos, através das reformas necessárias, e com diálogo à Esquerda.

Esta Moção, redigida com recurso a ideias, análises e propostas defendidas e partilhadas por muitos militantes, reflete a construção de um projeto plural e representativo, que se orgulha das bandeiras e dos contributos da JS nas últimas décadas e em particular nos últimos anos, mas que sabe também inovar na defesa dos valores e dos princípios que nos unem.

É com enorme sentido de responsabilidade, mas também de combatividade, que assumo o compromisso de renovar a ação e agenda política da Juventude Socialista, para que a JS lidere as causas da juventude no biénio 2018-2020, e para isso, contarei com todas e todos os militantes para somarem as suas Razões de Esquerda a esta nossa Moção de Estratégia.

Maria Begonha



AS NOSSAS RAZÕES

A Esquerda e o socialismo democrático nunca foram tão necessários quanto hoje.

Dez anos decorreram desde que começou a maior crise que o capitalismo já viveu desde a Grande Depressão. Na perspetiva dos jovens socialistas, a crise ainda não acabou. A continuidade da crise não é inevitável - resulta das políticas seguidas nesta década, nomeadamente pela Direita neoliberal.

Em Portugal fomos vítimas dessas políticas, às mãos da troika e de um Governo voluntarista do PSD e CDS. Essas políticas não são apenas o quadro europeu, vulnerável que foi ao contágio da crise das dívidas soberanas, ou inflexível que é ao exigir o impossível de consolidar contas públicas por via da austeridade e do empobrecimento. Foi sobretudo o aproveitamento entusiasta da ocasião para

avançar na agenda mais radical que a Direita portuguesa já teve desde o 25 de Abril.

Ao contrário da Grande Depressão, a atual crise económica não motivou um novo paradigma político que voltasse a recentrar as pessoas no centro da ação do Estado. Pelo contrário, esta foi usada como oportunidade para aprofundar as desigualdades, colocar em causa o Estado Social e acelerar o desmantelamento do legado que os sociais-democratas construíram no pós-guerra.

Dez anos depois, o capitalismo continua ferido não só na sua funcionalidade como também na sua legitimidade. Um pouco por todo o mundo, surgem pulsões populistas e quebram-se os moldes das alternativas ideológicas tradicionais. A Juventude Socialista não está impávida nem indiferente face a estes fe-

nómenos reveladores de uma maioria cansada, de um sistema político e económico que se aproveita sempre dos mesmos e que lhes nega o poder de escolher alternativas. O consenso centrista em volta deste sistema ruiu quando a crise o expôs como incapaz de dar segurança às pessoas que o sustentam.

Como dizia e praticava António Arnaut, «é possível transformar o mundo desde que sejamos fiéis aos nossos grandes valores». Vivemos num tempo em que a social-democracia se confronta com cedências ideológicas do seu passado recente. Olhando o futuro, confrontamo-nos fundamentalmente com a forma como, colocando a Esquerda num campo de alternância e proximidade política à Direita, estas cedências nos têm tornado, para os eleitores, basicamente indistinguíveis, e assumimos o compromisso de afirmar um socialismo sem contradições.

A Força da Geringonça

O caso português é bem demonstrativo da força que tem uma alternativa de Esquerda. Os últimos três anos estão repletos de conquistas importantes, e especialmente para os mais jovens. A escola pública caminhou para a gratuidade com manuais escolares gratuitos e pela primeira vez, desde que existe, a propina máxima foi objeto de redução real. Todavia,

as maiores conquistas da Geringonça não são apenas no plano material e da melhoria das condições de vida, mas no plano das ideias.

O Governo Socialista demonstrou que havia uma alternativa à austeridade, com melhores resultados tanto a nível de crescimento como de contas públicas. Em cada um dos quatro anos desta legislatura, Portugal cresce mais do que a União Europeia, pela primeira vez desde que aderimos ao Euro. Este crescimento, alicerçado na recuperação da confiança, permitiu a criação de 340 mil novos empregos e a subida dos salários que, no seu conjunto, foram responsáveis por mais de metade da redução do défice.

Ao virar a página à austeridade, o Governo Socialista honrou a sua palavra e, além de esperança no seu futuro, deu aos cidadãos confiança na democracia. De acordo com o Eurobarómetro, em 2013 apenas 15% dos portugueses estavam satisfeitos com as instituições democráticas. Em 2018, esse valor já alcançou 75%. **Os jovens socialistas têm orgulho no papel inegável do seu Governo na credibilização da política como força transformadora da sociedade.**

É certo, a nossa democracia não será mais a mesma após este XXI Governo Constitucional. A geringonça rompeu com a cortina de aço que encerrava o arco da governação à esquerda no PS e relegava os votantes na CDU e BE para

a condição de votantes de protesto. O acordo parlamentar com outras forças à sua esquerda, permite ao Partido Socialista criar consenso e partilha sobre a visão de um Estado Social forte, de uma economia mais justa e de uma sociedade mais igual, assim como o combate às políticas de uma direita radical. **Para a JS, o sucesso da Geringonça prova que alianças à esquerda são não só possíveis como são desejáveis para sustentar a concretização do programa político dos Socialistas.**

Não damos por garantida a força da Geringonça, nem o reconhecimento eleitoral da mesma, e estamos empenhados na construção de um programa eleitoral para 2019 que acrescente ao que foi conquistado. Estamos alertas para a adoção de um discurso desavergonhadamente populista tanto por Assunção Cristas como por Rui Rio, ora criticando um suposto eleitoralismo orçamental ora ficcionalizando uma austeridade encapotada.

A Juventude Socialista conhece bem o programa político dos atuais líderes da Oposição. Recordamo-nos de como Rui Rio, como edil do Porto, seguiu a mesma receita do Governo de Passos Coelho e de como Assunção Cristas, ministra desse Governo, fez aprovar a Lei das Rendas, despoletando a emergência social que hoje vivemos na habitação. **Temos boas razões para declarar um combate político ao PSD de Rio e ao CDS de Cristas, porque**

se mudaram as caras e o discurso, o que não mudou foi a proposta política que têm para Portugal.

Uma Nova Ambição de Esquerda

Virámos a página da austeridade. Recuperámos a economia e defendemos o Estado Social. No entanto, olhamos para Portugal e encontramos ainda tanto por fazer. **Para o próximo ciclo político que começa nas legislativas, os Socialistas não devem apresentar-se apenas satisfeitos com tudo o que alcançámos, mas motivados para vencer os desafios que o país ainda enfrenta com renovada ambição.**

Esta nova ambição deve ser alicerçada num socialismo sem contradições nem tabus. Por isso organizamos esta moção em torno de grandes desafios da **nossa geração** e os desafios que, atravessando todas as gerações, exigem uma abordagem jovem e socialista, bem como a renovação necessária na organização da Juventude Socialista para que assuma a liderança de propostas políticas e conquistas da democracia portuguesa.

Não consideramos a emancipação jovem como uma bandeira antiquada, resolvida ou gasta. Consideramos urgente, aliás, recuperar o tempo perdido para a precariedade e para um sistema de ensino desadequado.

Mas a Juventude Socialista sempre foi mais

do que uma organização política sobre assuntos de juventude. Ao longo da sua história, a JS tem sido precursora de causas mais abrangentes, como a igualdade de género, os direitos LGBT ou a integração europeia.

Recusamos a velha dicotomia entre causas fraturantes e estruturantes. Fazemo-lo porque estas causas são apenas fraturantes enquanto o debate público sobre estas propostas está na obscuridade, mas fazemo-lo porque também os temas apelidados de estruturantes apenas não têm sido fraturantes por um certo pudor e falta de ambição, primeiramente sobre a nossa conceção de Estado e economia.

Não podemos ter medo de dizer que queremos mais Estado ou de dizer que queremos reformar uma economia que não funciona com vocação maior de resolver os problemas do cidadão. Os jovens reivindicam serviços públicos mais capazes de assegurar direitos como a saúde e a justiça, e responder a desafios como o ambiente, a sociedade digital e as políticas de território.

Temos razões para estarmos convictos do papel que um Estado forte desempenhará no superar tanto dos nossos desafios geracionais como dos desafios intergeracionais. Sobre tudo estamos convictos da nossa ambição, que é um fator decisivo para resgatar para a política a capacidade de transformação que deve ser.

Uma JS para Liderar

Nos próximos dois anos a Juventude Socialista levará o combate político a quatro eleições: as Europeias, as Legislativas e as Regionais da Madeira e dos Açores. A conjugação destes 4 atos eleitorais exigem da Juventude Socialista neste mandato uma maior capacidade de mobilização e de propositura política. Como no passado, é com proximidade e capacitação das nossas estruturas e militantes que faremos das nossas reivindicações uma conquista para todos os jovens portugueses.

Somos e seremos uma organização pronta a assumir responsabilidades na propositura política, mas o discurso tradicional da responsabilidade não pode substituir-se à autonomia que nos caracteriza, porque só desta forma acrescentamos genuína pluralidade ao projeto do Partido Socialista, e porque ao anteciparmos causas do futuro temos provado que bandeiras que a JS defende isolada, e que o PS não defende hoje, são justas amanhã.

Num cenário de crescente descredibilização e falta de confiança nos partidos políticos, é urgente encontrar novas formas de mobilizar mais jovens na tarefa de transformar a sociedade. É urgente combater o estigma que recai sobre as juventudes partidárias, valorizando a militância nas juventudes partidárias como a pertença a uma comunidade de ativistas, es-

cola de quadros políticos e também escola de vida.

Comprometemo-nos, por isso, a combater a ideia de que a militância é uma castração da liberdade política, quando esta é, para nós, a justa expressão dessa liberdade, e da afirmação de uma agenda política que quer dar voz aos jovens portugueses e europeus.

Construiremos, no próximo mandato, essa comunidade combativa e fortalecida, que valoriza a militância de todas e todos para responder aos desafios dos próximos dois anos. A esse desafio não faltará uma necessária renovação e crescente profissionalismo das práticas políticas da Juventude Socialista e um esforço constante de reforçar a composição militante da JS para que esta espelhe mais perfeitamente a diversidade da sociedade.

Razões de Esquerda

Nós temos Razões de Esquerda - razões próprias da nossa geração - para querer afirmar uma Democracia em que vamos viver com mais direitos e com mais capacidade de reivindicação junto do país do que gerações anteriores.

Nesta década em que a nossa geração se formou e entrou no mercado de trabalho, aprendemos as consequências de um socialismo democrático envergonhado ou, pior,

rendido à tecnocracia falaciosa do mercado.

Aprendemos a sujeitar-nos a um mercado que nos queria obrigar a escolher entre um emprego precário ou nenhum emprego, entre o desemprego e a emigração, entre a alternância e o populismo.

À continuidade da crise temos que contrapor a audácia de um futuro em liberdade, igualdade e fraternidade. Da sentença de que “haveremos de viver pior que os nossos pais”, vamos recorrer a um Estado forte apostado em reformar a Economia. Do mito de uma geração que prefere casas pequenas e empregos “flexíveis”, construiremos a liberdade de cada jovem escolher por si mesmo aquilo que deseja. Da calúnia de que a política apenas se serve a si própria, temos que afirmar uma política realizada com integridade e valores.

Na próxima década é a vez da nossa geração elevar a ambição, de exigir que se concretize a promessa de ser o futuro, de resgatarmos o socialismo da alternância e a democracia do populismo.

DESAFIOS GERACIONAIS

É missão deste projeto refletir sobre **a condição da juventude no mundo atual e, em particular, no nosso país**. Temos de nos questionar sobre a definição de se ser jovem, perante as condições que se nos apresentam para construirmos uma vida com dignidade e tendo ao mesmo tempo voz e influência nos principais centros de decisão.

Representando jovens dos 14 aos 30 anos, as necessidades e problemáticas vivenciadas pelos nossos militantes são extremamente distintas e variadas. Contudo, **há um ponto em comum entre todos: a permanente sensação de falta de oportunidades**. Oportunidades vedadas ao nível do acesso à educação, à cultura ou ao desporto por falta de condições sociais dos agregados familiares. Oportunidades bloqueadas no campo do trabalho, da habitação

e da parentalidade por inexistência de condições económicas. Oportunidades vedadas no espaço político por discriminação em função da idade, persistindo ainda um claro estigma. E todavia, o potencial de mudança do mundo, por parte dos jovens, é imenso. A luta contra a ditadura imposta pelo Estado Novo é disso excelente exemplo.

A JS acredita num compromisso intergeracional, que coloque ao serviço da sociedade ideias inovadoras e progressistas para o futuro coletivo. Nunca deixaremos de combater por um lugar na sociedade em igualdade de direitos, com recursos ao dispor para edificarmos alternativas aos paradigmas impostos.

Para que tal aconteça, **a primeira bandeira a ser defendida pela nossa geração, em qualquer circunstância, será sempre o direito de**

todos à formação. Porque vemos na escola pública uma instituição única, de ímpar capacidade transformadora, que dá a cada um de forma igual a oportunidade de aprender, e a todos a massa crítica para responder aos principais desafios das comunidades.

A par de uma escola pública preparada e integrada para os desafios do futuro, também o ensino superior é uma prioridade na qualificação do percurso educativo dos jovens. **A democratização do ensino superior nas suas diversas vertentes é um compromisso histórico da Juventude Socialista que importa reforçar e exigir, tornando-se verdadeiramente acessível a todos, independentemente da sua condição social ou económica.**

Urge desfazer mitos de que temos estudantes, licenciados ou doutorados a mais. O número de estudantes no ensino superior voltou a crescer nos últimos anos, representando mais quase 25 mil jovens neste nível de ensino em apenas 4 anos de legislatura, principalmente devido à abrangência de um maior número de beneficiários de ação social escolar, voltando aos números de 2010 com quase 75 mil alunos integrados no sistema de bolsas. Para que mais jovens possam frequentar o ensino superior, a revisão da ação social escolar e do modelo de financiamento tripartido - Estado, famílias e instituições - têm de corresponder a uma visão de futuro para o próprio sistema.

Para além do compromisso para com a formação e para com o desenvolvimento científico, importa consubstanciar e reforçar outros compromissos, alicerçados na responsabilidade social das instituições e do Governo central.

As atividades extracurriculares, como a participação em associações e coletividades de cariz artístico, cívico, cultural e desportivo, são indispensáveis para a evolução e construção pessoal da nossa geração. Através deste voluntariado nas mais **diversas áreas da sociedade a juventude é a principal impulsionadora de renovados projetos na comunidade, defendendo uma escola de cidadania e de voluntariado**, formando ao mesmo tempo esses jovens com novas competências e capacidades e dando voz às suas ideias.

No entanto, é no mercado de trabalho que ocorre o ponto de viragem na emancipação total dos jovens portugueses. Via de realização pessoal e sustento de uma vida autónoma, as condições precárias do emprego jovem atrasam a emancipação a muitos. Segundo dados do Eurostat, no ano passado os jovens portugueses abandonaram a habitação dos pais por livre iniciativa com uma média de idades próxima dos 30 anos, bem acima dos 26 anos na média da União Europeia. Este ano constitui o pico mais negativo para Portugal desde 2009. Fruto do mercado de trabalho existente, esta

é uma das maiores batalhas da geração mais qualificada de sempre.

Não aceitamos que definam por nós o critério para se ter sucesso. Enquanto hoje se vive uma ditadura da precariedade, o papel da JS é de liderar os jovens na reivindicação dos seus direitos, num contexto atual de baixa sindicalização entre os jovens. Queremos continuar a pugnar por maior justiça salarial, afirmando com convicção o desígnio de aumentar os salários e de distribuir a riqueza de forma mais equilibrada.

Temos ainda razões para defender que a plena realização dos jovens passa por terem mais oportunidades para desenvolverem os seus percursos onde desejarem, quer isso signifique oportunidades na sua terra, ir para um grande centro urbano ou mesmo aceitar desafios de vida no estrangeiro. O que queremos é um país que apoie estas escolhas e que propicie mais oportunidades para percursos diversos.

Por isso mesmo, a par da necessária mobilidade dentro e fora das regiões, a questão dos custos da habitação continua a adiar a tão ansiada emancipação, impossibilitando a existência de uma vida digna perante um mercado de arrendamento altamente especulativo. **O direito constitucional à habitação, que há muito deveria ter sido consagrado, está em causa muito em particular para os mais jo-**

vens, com rendas que ultrapassam em muito a adjetivação como injustas porque são muitas vezes imorais. Tal como o novo conceito de normalidade no trabalho, assistimos a uma cedência com poucas denúncias em contratos frágeis, ilegais e que desprotegem quem a JS quer proteger, que é o arrendatário jovem.

Por fim, **defendemos o direito à constituição de família por parte de todas e todos.** Entende-se a dificuldade do atual contexto olhando para números preocupantes: os nados-vivos de mães residentes em Portugal continuam a diminuir, principalmente quando se encontram numa situação de desemprego ou inatividade, mas também quando se encontram empregadas. Os dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram essa realidade com o decréscimo em apenas 10 anos: se em 2007 o número de nados-vivos era de mais de 100 mil, no ano passado o valor desceu para os 85 mil bebés. A maior descida encontra-se centrada nas mulheres empregadas, tornado claro o impacto da permanente precariedade na parentalidade.

Escola Pública

Numa sociedade em que a mudança ocorre a um ritmo cada vez mais veloz, a educação ganha um papel preponderante. A Juventude Socialista debate-se para que esteja à altura

dos desafios de futuro, proporcionando um ensino de qualidade a todas as crianças e jovens e que lhes permita almejar o percurso que desejam.

Neste ambiente de significativas transformações é fundamental que a escola se adapte às exigências do século XXI, (re)pensando-se metodologicamente quer através da atualização de conteúdos, como de estratégias pedagógicas de ensino, aprendizagem e avaliação.

Temos Razões para propor:

- Uma escola inclusiva com critérios de matrícula transparentes que impeçam a seleção de alunos com base no seu estatuto socioeconómico e/ou desempenho escolar.
- Uma escola de sucesso para todos os alunos, dando continuidade às políticas de combate ao insucesso escolar, com maior apoio para quem apresenta insucesso escolar, em particular para os que têm necessidades educativas especiais.
- Uma escola baseada nos processos de aprendizagem e não apenas nos resultados escolares. Para tal defendemos uma maior diversificação de instrumentos e momentos de avaliação para as aprendizagens.
- **A rejeição de uma escola que baseia o sucesso da aprendizagem nos resultados mensuráveis e nas notas.**
- A urgência de implementar uma revisão dos programas e metas curriculares em vigor, na sequência do trabalho já realizado na definição das Aprendizagens Essenciais em todo o sistema de ensino obrigatório.
- **A criação de uma verdadeira rede de ensino público ao nível da 1ª infância e educação pré-escolar.**
- O reforço da presença de representantes dos alunos nos órgãos de gestão e administração das escolas, incluindo o conselho pedagógico.
- Numa sociedade onde o digital tem cada vez mais relevo, defendemos um programa de literacia digital incluído no currículo nacional desde o 1º ciclo.
- A criação de medidas de apoio às escolas no âmbito do desenvolvimento dos seus projetos de flexibilidade curricular.
- O reforço da componente de Cidadania e Desenvolvimento, em todos os ciclos de ensino, mediante o reforço de recursos humanos, bem como a realização de debates/tertúlias em todas as escolas que promovam a participação política.
- A continuação de políticas de promoção da coadjuvância, a flexibilidade curricular, assim como a transdisciplinaridade em todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória.
- **A existência uma aposta efetiva no Ensino Profissional, enquanto via de ensino de qualidade que garanta a criação de**

percursos de sucesso.

- A necessidade de um ensino secundário vocacionado para a aquisição de conhecimento mas também de competências transversais, valorizando o Perfil do Aluno.
- A necessidade de um maior acompanhamento na construção de percursos de vida para os jovens, nomeadamente no final da escolaridade obrigatória.
- A criação de mecanismos que permitam um acesso mais justo ao Ensino Superior para os estudantes de cursos profissionais e cursos artísticos especializados.

Educação ao Longo da Vida

Tendo presente que as transformações tecnológicas que se perspectivam implicam uma evolução dinâmica das competências e aprendizagens essenciais, não apenas enquanto trabalhadores, mas enquanto cidadãos informados e participativos, é fundamental pensar-se de uma forma holística as oportunidades formativas e educativas a proporcionar aos cidadãos ao longo da sua vida.

Temos Razões para propor:

- A criação de mais e melhores ofertas complementares que fomentem a aquisição de competências transversais na sociedade, nomeadamente a criação de programas de aprendizagem ao longo da vida em áreas

como a literacia financeira e digital.

- Uma aposta na Educação e Formação de Adultos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, através da expansão dos objetivos e público-alvo dos Centros Qualifica.
- O assegurar de uma plena integração no Sistema Nacional de Qualificações de todas as ofertas vocacionadas para os jovens, através de uma efetiva articulação das redes dos vários ministérios e da promoção de sistemas de garantia de qualidade transversais, alinhados com o EQAVET.
- Que atendendo ao elevado número de jovens que nunca teve oportunidade de trabalhar na sua área de formação, defendemos a criação de medidas que apoiem a reconversão profissional, tendo como objetivo a aproximação do jovem ao mercado de trabalho correspondente às suas qualificações e área profissional.
- A criação de um programa-piloto, em articulação com as empresas do perímetro do Estado, que vise atualizar conhecimentos dos quadros que tenham concluído formações superiores há mais de 15 anos.

Ensino Superior

Uma visão para o ensino superior implica uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que pretendemos para o nosso

país. Defendemos uma estruturação da rede de instituições de ensino superior, ramificada e estabilizada ao longo de todo o território nacional, com tipos de ensino diferenciadores, investigação especializada em diversas áreas do saber e capacidade de transferência eficiente de resultados científicos para a sociedade. O equilíbrio entre as decisões políticas nacionais e a autonomia científica, de governança e de gestão das instituições de ensino superior consiste num dos grandes desafios que nos é colocado para a prossecução deste objetivo.

Os problemas no ensino superior ainda são muitos, variados e inevitavelmente complexos. O futuro da sociedade - e da nossa geração em específico - depende de um sistema fortalecido, com uma rede abrangente e indutora de crescimento económico nas diferentes regiões por via do importante papel social da formação de recursos humanos mas, igualmente, de soluções inovadoras provenientes do tecido científico.

Para que tal desígnio seja concretizável, o reforço do número de estudantes no ensino superior, e a respetiva proteção social, constitui uma obrigatoriedade.

Temos Razões para propor:

→ O alargamento do acesso ao ensino superior, nomeadamente diversificando plataformas e contingentes especiais, redistribuindo-se as vagas pelo território nacional para a promoção das regiões mais afetadas pelo despovoamento.

buindo-se as vagas pelo território nacional para a promoção das regiões mais afetadas pelo despovoamento.

→ **A PROPINA ZERO, diminuindo gradualmente as propinas do 1º ciclo, reformulando os modelos de financiamento e criando um tecto para a fixação do valor de propinas de 2º e 3º ciclo, assim como das taxas e emolumentos.**

→ Que os estudantes não devem ser impedidos de frequentar um determinado curso por existência de dívidas em relação ao pagamento de propinas, devendo existir estímulos à conclusão de formações superiores.

→ **O reforço da ação social escolar direta, nomeadamente através do aumento do limiar de elegibilidade e do respetivo valor das bolsas de estudo, assim como na concessão de um complemento para aquisição de material indispensável ao curso superior.**

→ Que existam incentivos financeiros ao alojamento para estudantes deslocados, quer por via do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior, quer em sede de IRS.

→ A reabilitação de residências universitárias e construção de novos alojamentos é urgente, aproveitando principalmente a revitalização de edifícios devolutos nas di-

ferentes cidades universitárias.

- **Relativamente à mobilidade estudantil, o alargamento do passe sub-23 a todos os estudantes do ensino superior, possibilitando a existência de descontos que irão aliviar a despesa dos agregados familiares ao mesmo tempo que promovem a utilização do transporte coletivo.**
- Que não esquecendo os estudantes deslocados das ilhas, pretendemos proceder à revisão dos critérios e do financiamento do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, aumentando a abrangência e o apoio.
- **Uma revisão do Regime Jurídico de Instituições de Ensino Superior, com o reforço devido do poder de decisão estudantil nos órgãos de governação e de gestão das instituições.**
- O incentivo a reformas pedagógicas modernas e eficientes, em linha com o Processo de Bolonha e com as linhas orientadoras para a criação do espaço de Ensino Superior Europeu, centrando o ensino no estudante e formando os docentes para a prática pedagógica.
- **Que pugnemos por um sistema de acesso aberto ao conhecimento, nomeadamente ao nível do conteúdo bibliográfico obrigatório estipulado nas unidades curriculares, propondo a contratualização entre**

o Estado e as instituições de ensino superior da entrega informática deste tipo de materiais pedagógicos.

- O potenciar do Programa Erasmus e o aumento do valor das bolsas do programa, enquanto experiência multicultural, obtendo-se novas aprendizagens, tem de constituir um desígnio para a construção de uma sociedade europeia baseada no conhecimento, através do aumento do número e do valor das bolsas.
- **Que pretendemos continuar a combater a precariedade existente na investigação científica, defendendo o reconhecimento da investigação como atividade laboral com as garantias inerentes salvaguardadas.**

Políticas de Juventude: Participação e Associativismo

Nos últimos anos, as políticas de juventude têm ganho particular destaque. Ao nível autárquico, os Conselhos Municipais de Juventude e os Orçamentos Participativos - duas grandes bandeiras da Juventude Socialista - têm sido dos principais instrumentos usados pelos municípios para aproximar os mais jovens da decisão política e do poder local. A nível nacional, o mandato do Governo fica marcado pelo lançamento do primeiro Plano Nacional para a

Juventude e pela revisão do Regime Jurídico do Associativismo Juvenil. A nível europeu, o programa ERASMUS+ tem vindo a multiplicar ações na área das políticas de juventude, tendo sido divulgada recentemente a intenção da Comissão Europeia de que o orçamento do programa ERASMUS duplique no próximo orçamento comunitário (2021-2027), ficando a área da Juventude com uma verba de cerca de 3,1 mil milhões de euros.

As palavras “participação jovem”, “empoderamento”, “educação não formal” ou “empreendedorismo social” têm entrado cada vez mais no vocabulário dos políticos. No entanto, a participação política dos jovens fica ainda muito aquém daquilo que seria expectável. É necessário, portanto, repensar com Razões de Esquerda as políticas de juventude, a aproximação aos jovens e o associativismo juvenil.

Temos Razões para propor:

- A ampliação da participação juvenil nas diferentes esferas da vida pública, criando mais condições para o seu desenvolvimento e um maior grau de influência no quotidiano societal.
- **A criação de Conselhos Municipais da Juventude em todo o território nacional, assim como a revitalização dos órgãos previamente existentes que não se encontram devidamente funcionais.**
- A ativação dos Conselhos Regionais da

Juventude já previstos, mas inutilizados, como contributo necessário à convergência e coesão regional.

- O robustecimento da presença da Juventude Socialista no tecido associativo nacional, particularmente no Conselho Nacional de Juventude e na Federação Nacional das Associações Juvenis, e nos movimentos sociais informais como os movimentos pela Propina Zero, os movimentos pelos direitos LGBTQ+ ou os movimentos feministas.
- **O reforço da presença de jovens a participar ativamente na política, lutando em específico pela sua integração nas listas das eleições autárquicas, legislativas e europeias, promovendo a renovação do próprio Partido Socialista.**
- **A discussão da redução da capacidade eleitoral para os dezanove anos de idade, como tem vindo a acontecer noutros países europeus, ou mesmo fora da Europa.**
- A separação da área do desporto da área da juventude, tanto a nível governamental - casos da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude e do Instituto Português do Desporto e da Juventude - como a nível de atuação política da Juventude Socialista.

Cultura

O descontentamento manifestado no sector

da Cultura, fruto da sinalização de limitações financeiras e fraco apoio estatal à atividade do tecido cultural português, tem marcado consideravelmente a discussão política sobre o sector, uma vez que a liberdade artística para a experimentação e a geração de ideias novas e diferenciadas por parte dos seus agentes está intimamente ligada à independência económica.

Os modelos de apoio à cultura são centrais, relevando-se as diversas perspectivas e opções políticas no que concerne ao papel que o Estado, os mecenas e o mercado devem assumir mas, também, no que respeita à forma como devem os beneficiários dos apoios ser avaliados e publicamente escrutinados pelos apoios estatais concedidos.

Constituindo-se a cultura como relevante elemento social, de abertura e expressão da diferença e da individualidade, importa defendê-la reforçando o seu papel basilar nas sociedades democráticas.

Temos Razões para propor:

- **Um reforço das verbas a atribuir à Cultura, em sede de Orçamento do Estado.**
- **Acesso gratuito a jovens até aos 30 anos a equipamentos tutelados pelos Ministérios da Cultura e da Administração Interna, como museus, exposições, espetáculos, entre outros.**
- **A criação de uma Empresa Pública de**

Edição e de Distribuição Literária, respondendo às necessidades educativas dos jovens portugueses, quer ao nível da introdução de manuais escolares obrigatórios, quer ao nível da propagação dos grandes livros e autores nacionais e internacionais.

- A integração alargada das artes nos currículos escolares, potenciando o ensino artístico.
- A redução do custo para a formação de uma Associação Cultural sem fins lucrativos, incentivando o aumento do tecido cultural.
- A isenção dos custos de registo de obras, de forma a salvaguardar o rendimento artístico.

Habitação

No contexto dos desafios da geração, a habitação surge no topo das prioridades. Reconhecendo nós o trabalho desenvolvido pela secretaria de Estado da Habitação com a Nova Geração de Política de Habitação, nomeadamente através da expansão do Porta65 ou de programas como o 'Primeiro Direito', acreditamos que numa geração de salários comprimidos e rendas astronómicas, é preciso fazer mais. Por tudo isto, temos Razões para propor:

- O reforço das residências universitárias,

sendo estabelecido um rácio de camas disponíveis em residências para o número de alunos que frequentam a instituição de ensino superior.

- **A criação de um fundo de garantia estatal para aquisição da primeira habitação, permitindo aos jovens dispensar um fiador e, ainda assim, obter condições de financiamento favoráveis, aumentando simultaneamente a previsibilidade para o vendedor.**
- Uma isenção fiscal em sede do imposto selo e IMT aquando da compra da 1ª habitação, para jovens, pela nossa crença inabalável de que a nossa geração não deve estar condenada a ser uma geração de precários e arrendatários.
- Um aumento da dotação orçamental do Porta65 e uma simplificação dos procedimentos de acesso, por forma a abranger um número de jovens tão elevado quanto possível.
- **A criação de um parque de habitação pública, através da aquisição de imóveis nas áreas de maior pressão urbanística, a uma escala que permita que a sua colocação no mercado tenha um efeito regulador do mercado através da oferta.**
- A criação de um mecanismo de supervisão, com um funcionamento similar à ACT ou à ASAE, que proteja os arrendatários e

fiscalize a regularidade dos contratos de arrendamento onde eles forem inválidos ou inexistentes.

- A defesa da limitação do número de alojamentos locais ou *Airbnb* em zonas de elevada pressão habitacional, não desvalorizando os benefícios do Turismo traz, mas reconhecendo também as consequências nefastas que a proliferação desta tipologia de alojamento tem causado.
- A definição de limites claros no acesso aos Vistos Gold e vistos para residentes não-habituais, por sentirmos que estes têm potenciado a especulação imobiliária sem que se tenham sentido as contrapartidas do investimento económico ao nível do crescimento e do emprego.

Trabalho

O desenvolvimento da tecnologia tem demonstrado que o Estado nem sempre consegue antecipar os desafios do trabalho, nem mesmo regulá-los de forma adequada antes que se tornem um problema.

A desmaterialização do trabalho através da sua digitalização, o desenvolvimento da automação e inteligência artificial, a par da crescente financeirização da economia assumem-se como desafios muito complexos sobre o mundo do trabalho, colocando novas ques-

tões sobre vínculos laborais das condições de trabalho, das disputas legais, da competitividade internacional e dos desafios ao nível da formação da população ativa.

Dar voz a estes desafios coletivos é fundamental. Importa que nos pronunciemos e demos voz aos novos desafios emergentes, tendo Razões para propor:

- A defesa de um limite de 35 horas para todos os trabalhadores, por sentirmos como inaceitável que todos os avanços tecnológicos e produtivos não se traduzam na justa melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.
- O aumento continuado do salário mínimo nacional, por entendermos que este deve atingir um valor que permita a quem o auferir levar uma vida com dignidade e qualidade e não apenas de subsistência.
- A criação de mais emprego público, rejuvenescendo a administração pública e modernizando-a com quadros jovens e qualificados, promovendo a sua dinamização.
- A regularização de todos os vínculos precários no Estado, local e nacionalmente, bem como a assunção de compromissos para que não sejam criados novos postos de trabalho precário no seio da administração pública.
- Ao Governo a criação de políticas para promover a proporcionalidade dos salários,

rejeitando liminarmente compactuar com as disparidades salariais gritantes que se verificam em Portugal.

- O aumento do valor pago pelos estágios do IEFP, bem como a introdução de uma diferença efetiva entre os valores pagos em estágios para licenciados, mestres ou doutorados, valorizando a prossecução dos estudos de cada um.
- Um combate sem quartel aos falsos recibos verdes, que ainda sabemos serem dos principais instrumentos de precarização, na nossa geração e em muitas outras.
- A eliminação progressiva do nosso código de trabalho de figuras contratuais que compactuem com a precariedade laboral.
- Um reforço do financiamento e dos meios disponíveis para a ACT, reconhecendo e saudando a intenção de reforçar a ACT com 200 novos inspetores;
- A defesa do reembolso de IVA e IRS para trabalhadores a recibos verdes, caso apresentem uma faturação inferior a 10.000€ durante o ano;
- A defesa de que quem exerce a sua atividade profissional, por conta de outrem, através de uma plataforma digital deve ser alvo de um contrato de trabalho efetivo, com todos os direitos e deveres que este acarreta.
- **Um reforço do estatuto do trabalhador-**

-estudante, que elimine as disparidades que este apresenta entre as várias instituições e que consagre não apenas o direito do estudante a ser trabalhador, mas também o direito do trabalhador a estudar, refletindo a preocupação com a aprendizagem ao longo da vida.

- Uma intervenção do Estado na regulação do acesso à profissão da advocacia, reconhecendo a arbitrariedade e bloqueio ao acesso da profissão que têm sido perpetrados pela Ordem dos Advogados, notórias nas elevadas taxas de reprovação nos exames da Ordem.
- A redução das taxas e emolumentos cobradas pela Ordem dos Advogados para o acesso ao curso de estágio.
- A rejeição da obrigatoriedade da contribuição para a caixa de providência (CPAS) durante o período de estágio, antes do início do exercício efetivo da profissão de advogado.
- Uma remuneração justa para o trabalho levado a cabo durante os processos de acesso às diferentes ordens profissionais.
- **Uma medida de atuação a duas frentes que valorize a partilha intergeracional e que permita a profissionais em busca da reforma antecipada a sua manutenção no mercado de trabalho a tempo parcial, promovendo simultaneamente a contra-**

tação de jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, como previsto no programa eleitoral do Partido Socialista.

- Um debate aprofundado na JS sobre o posicionamento da estrutura face ao Rendimento Básico Incondicional, vendo nós no Trabalho o principal mecanismo de valorização e realização pessoal, sendo por isso tendencialmente desfavoráveis a soluções universais desresponsabilizem o Estado da prossecução do pleno emprego.

Parentalidade

Na análise dos desafios geracionais, a parentalidade assume relevância, pois ainda são muitos os desafios pelos quais se debatem os jovens no que respeita à parentalidade. Se a emancipação dos jovens em Portugal tem sido adiada, estando a média de idades em que os jovens saem da casa dos pais acima da EU, o mesmo sucede relativamente à média de idade em que uma mulher tem o seu primeiro filho. Além do mais, está demonstrado que os portugueses não têm tantos filhos como desejariam. Para além desta média de idade, o nosso país tem em mãos um enorme desafio demográfico. O índice de envelhecimento da população tem vindo a aumentar de forma muito acentuada, estando patente que se

mantivermos esta tendência passaremos a 7 milhões de habitantes.

Temos razões para afirmar:

→ **Que é urgente o alargamento da licença de parentalidade para pais e mães para um ano e de carácter obrigatório.**

→ Que, a par dos cursos para pais que existem atualmente no SNS de preparação para o nascimento, consideramos que o desenvolvimento de outros cursos destinados à parentalidade na 1ª infância podem constituir-se enquanto suporte para o exercício do papel parental de forma assertiva e positiva.

→ Que as universidades tenham creches para os estudantes universitários, assim como quem pretende continuar a sua aprendizagem ao longo da vida poderem beneficiar de condições para conciliarem a família com a sua qualificação e o trabalho.

→ **Que é fundamental o reforço real dos apoios estatais concedidos e da capacidade de resposta aos casais que recorram à procriação medicamente assistida,** não sendo nenhum casal impedido de a eles recorrer pelas suas condições socioeconómicas e num contexto em que a infertilidade é uma realidade presente em 20% dos casais.

→ Que é urgente dar resposta e desbloquear o impasse causado pelo Acórdão do Tribu-

nal Constitucional n.º 255/2018, de 24 de abril, que teve como consequência a suspensão dos tratamentos de gestação de substituição, assim como das dádivas de embriões e gâmetas por dadores em regime de anonimato.

→ **A manutenção dos pressupostos de recurso à gestação de substituição — contraindicação médica, impossibilidade biológica de procriação em útero próprio — devendo contudo ser garantido que as gestantes de substituição em regime de voluntariado sejam apoiadas pelo Estado nas custas médicas decorrentes desta condição.**

DESAFIOS INTERGERACIONAIS

Acreditamos que à Juventude Socialista cabe, acima de todas as outras responsabilidades que detém, pensar o futuro das gerações e do socialismo democrático que procura construir.

Exige-se que pensemos uma **economia de esquerda, que democratize o mercado e funcione em prol da maioria** e não apenas daqueles que estão no topo da cadeia, continuando uma subjugação dos fortes sobre os fracos.

Desde logo, um requisito evidente numa economia de esquerda planeada para o futuro é a clara noção de que os recursos de que dispomos fazem parte de um equilíbrio maior, do equilíbrio do **ambiente**. Assistimos hoje a fenómenos climáticos que ameaçam ecossistemas e desalojam comunidades, que prejudicam a produtividade humana e limitam o aces-

so das populações a bens e serviços.

Portugal tem que se orgulhar das suas escolhas passadas, sendo dos países da UE que mais produz energia através de fontes renováveis. No entanto, as preocupações ambientais vão muito para além da escassez de recursos energéticos.

A crescente consciência ambiental reflete uma mudança mais profunda de prioridades sociais e, com esta mudança, aflorou todo um leque de preocupações que correspondem a avanços civilizacionais importantes. Um deles é, evidentemente o **bem-estar animal**. Sentimos que têm sido dados passos importantes nesta matéria, nomeadamente no que diz respeito à proibição de abates em canis ou ao fim da utilização de animais em circos. No entanto, não é certo que as contrapartidas de todas

estas medidas tenham os efeitos desejados. É preciso continuar a criar condições para que o bem-estar animal seja mantido não apenas para animais domésticos, mas que esta questão seja estendida e aprofundada.

Assim, sentimos que o Estado deve fazer mais no que diz respeito a regular a economia e o ambiente, não podendo por isso diminuir a presença em setores chave, como a saúde.

Vemos no reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) um desígnio nacional sem paralelo, não só por termos o dever de respeitar e melhorar esse legado socialista, mas principalmente por sentirmos que é através do SNS que o Estado pode cumprir o seu dever de assegurar a universalidade da saúde. Está na altura do SNS fazer as pazes, com as suas origens e com os cidadãos que dele precisam, expandindo-se quer em geografias quer em serviços e renovando o seu comprometimento para com todos os cidadãos, inclusive aqueles que nele trabalham todos os dias. É justamente nos profissionais de saúde e na classe média que reside a garantia de qualidade do SNS e é rápido declínio que se abate quando estas abandonam o sistema. É hora de dar um passo atrás e reconciliar os cidadãos e a saúde pública, pondo o SNS como pedra basilar do Estado.

Tal como na saúde, também na **justiça** temos um serviço público essencial, que coloca to-

dos em igualdade perante a lei e protege os mais fracos da impunidade do mais forte. O acesso à justiça, e a sua obtenção em prazos razoáveis, é portanto um direito humano do qual a Juventude Socialista não abdica. Orgulhamo-nos da reversão dos encerramentos dos tribunais, que penalizava as populações de territórios de baixa densidade, e da modernização dos tribunais alcançada através do projeto Tribunal+. O investimento numa justiça mais célere e eficaz no auxílio que presta ao cidadão lesado é especialmente relevante nos tribunais do trabalho e nos tribunais administrativos, onde se podem arrastar duas formas particularmente penosas de justiça: a perpetrada pelo Estado, com a desvinculação que acarreta, e a injustiça laboral, que não sendo logo corrigido faz grassar um sentimento de impunidade e precariedade nas relações laborais.

Sendo para nós clara a necessidade de um Estado mais forte para servir os cidadãos, exige-se por isso ao mesmo Estado que acompanhe a evolução daqueles a quem serve. Por isso mesmo, a era digital apresenta-se como um conjunto complexo de desafios e oportunidades.

Se é verdade que hoje se fala de **sociedade digital** e que, de facto, as tecnologias de informação estão hoje ao alcance de muitos, também é verdade que há ainda cerca de 20%

de portugueses que não tem acesso às mesmas. Por outro lado, a digitalização apresenta também oportunidades enormes, presentes na democratização do acesso à informação e nas possibilidades infindáveis do trabalho em rede. No entanto, não podemos nem devemos esquecer o seu contraponto, que é a dificuldade em discernir a verdade dos factos para os cidadãos e o facto de estarmos, nós mesmos, sujeitos a serem enganados e ludibriados por *fake news*.

Pelas vantagens que a digitalização traz, permite ao Estado atuar em territórios que antes lhe eram adversos. Isso não significa, no entanto, que não deva atuar, sempre que possível, em toda a extensão do seu **território**. Portugal é ainda um país desigual, não apenas no aspeto económico, mas também no âmbito geográfico, pois apresenta profundas divisões interterritoriais. O governo agiu bem quando decidiu empoderar os municípios a gerirem, ao nível local, questões próximas dos cidadãos como os transportes ou a educação.

Em boa verdade, apenas uma efetiva qualificação da nossa **democracia** poderá resolver parte das desigualdades latentes no nosso país. O diagnóstico é aliás bem conhecido, com o encanto pela democracia e o entusiasmo eleitoral esbatido nos longos anos que nos separaram do 25 de Abril de 1974. É indiscutível que a democracia e abertura do país tenham

permitido um desenvolvimento da qualidade de vida sem paralelo na história portuguesa. Porém, as elevadas taxas de abstenção verificadas nas últimas duas décadas merecem uma reflexão profunda de todos os agentes políticos. Este afastamento entre eleitores e eleitos tem muitas interpretações, mas a mais evidente é a perceção, por parte dos eleitores, de que o seu voto não se traduz numa mudança de paradigma significativa. Não incorremos no facilitismo de dizer que estes são sinais de esgotamento dos partidos tradicionais. Pelo contrário, o PS e o seu governo são a prova concreta de que é possível aos partidos tradicionais reinventarem-se e encontrarem soluções novas.

Por tudo isto, por haver mais do que provas suficientes de que o PS e o governo estão empenhados em devolver a esperança na democracia, sentimos que é o momento de reivindicar mais.

Por fim, os nossos desafios do futuro prendem-se com aquilo que está para além-fronteiras. Portugal move-se com um grande comprometimento no plano das **relações internacionais** e a nossa reputação como mediadores é reconhecida e apreciada. Prova disso são os inúmeros cargos ocupados na governança internacional, como é o caso de António Guterres, que a todos nos orgulha e prestigia, como Secretário-geral da ONU. Mas o nosso com-

promisso não é apenas com a ONU, mas deve ser, sim, com todas as organizações supranacionais que se movam em torno de ideais comuns, quer seja a CPLP na valorização das comunidades de língua portuguesa, ou a União Europeia numa vertente identitária.

A Europa merece-nos, no entanto, uma reflexão aprofundada. Não apenas porque haverá, em breve, eleições europeias, mas sim porque o projeto europeu atravessa uma fase absolutamente crítica da sua história, com a multiplicação de movimentos extremistas de direita que ameaçam a sua integridade e estabilidade.

Estamos por isso empenhados em reafirmar o nosso europeísmo e a reiterar propostas no sentido de democratizar a União, aproximá-la dos cidadãos e robustecer as suas instituições, afirmando com convicção que o queremos fazer. Não acreditamos que um desmantelamento das funções europeias, a construção de muros ou o isolamento sejam os caminhos a seguir, restando-nos o caminho reformista de mudar as instituições, de as preparar para lidar com as assimetrias económicas entre estados-membros, de as dotar de capacidade de resposta a crises financeiras e humanitárias e, por fim, de manter afastados os fantasmas das sucessivas guerras que afligiram o continente durante séculos a fio.

Economia

Os partidos definham quando deixam de dar uma alternativa ao povo e é evidente que uma parte importante da crise da social democracia na Europa é resultado de os sociais-democratas terem abandonaram a missão por uma economia social e democrática a troco de gerir o capitalismo, e a crise e miséria que este gera.

Precisamos de voltar a falar às pessoas dos problemas materiais das suas vidas - e do problema central das nossas vidas, que é ter um bom trabalho que nos permita não só pagar as contas como realizar os nossos sonhos. Para isso precisamos de projetar uma visão socialista para uma economia social de mercado, justa, sustentável e democrática.

Precisamos de um Estado que lidere o mercado, incube a inovação e promova o pleno emprego. É nesse sentido que temos Razões de Esquerda para:

- **Rejeitar definitivamente o modelo de desenvolvimento assente na competitividade-de-custo, no mercado de trabalho flexível e no desinvestimento público, a favor de um novo modelo assente na inovação, na qualificação dos recursos humanos e na valorização dos territórios.**
- Quebrar o tabu de que devemos apoiar a inovação e o investimento empresarial a

qualquer custo. Não é justo que as maiores inovações da última vintena tenham sido desenvolvidas com o apoio do Estado, mas nenhuma tenha trazido riqueza para todos.

- Reforçar a ligação entre universidades, empresas e Estado, como prevê o programa Interface, para estimular a inovação tanto na sua qualidade científica como na perspectiva de produto viável no mercado.
- Valorizar os recursos endógenos do país, com especial destaque para o mar e a floresta, como oportunidades de crescimento económico ainda largamente inexploradas.
- Apoiar o empreendedorismo com uma perspectiva inclusiva, de financiamento dos projetos em fase de infância. Reforçamos o sucesso do Startup Voucher, que tem este objetivo, bem como as restantes medidas da Startup Portugal.
- **Capacitar a Administração Pública com um funcionalismo público mais jovem e qualificado, permitindo-lhe empenhar-se no planeamento, desenho e avaliação de melhores políticas públicas.**
- Aprofundar a reforma dos Centros de Competência da Administração Pública, integrando novas contratações e promovendo a vinculação do pessoal a um serviço funcional em vez de um organismo. simplificar e encurtar o concurso público

para recrutamento de trabalhadores, tornando-o competitivo face ao recrutamento mais ágil do setor privado.

- **Assegurar uma melhor repartição da riqueza, tanto através da política salarial discutida no subcapítulo do Trabalho, como através de uma maior progressividade do IRS, com a introdução de novos escalões de IRS.**
- Atenuar o benefício do berço em que cada um nasce, através da reintrodução do imposto sucessório.
- Para podermos convergir com a Europa na despesa pública em cada área e nas contas públicas, precisamos de conciliar a carga fiscal já pesada sobre o trabalho com o tabu de que em Portugal pagamos menos impostos do que na média da Europa.
- **Equiparar a carga fiscal sobre o rendimento de trabalho e outras formas de rendimento como o rendimento de capital ou o rendimento predial, eliminando progressivamente as taxas liberatórias.**
- Assumir que o Adicional ao IMI tornou este num imposto progressivo, e completar esta reforma aumentando o número de escalões, permitindo aliviar a pequena propriedade para habitação própria e permanente.
- Combater a financeirização da economia, nomeadamente através do reforço do Im-

posto de Selo para operações financeiras mais vulneráveis a atividade especulativa, funcionando assim como imposto sobre transações financeiras.

- Exigir um combate acérrimo à evasão e fraude fiscal, com o reforço da fiscalização sobre os grandes contribuintes e sobre a economia informal.
- **Recuperar para propriedade do Estado as infraestruturas nos setores estratégicos da nossa economia, assegurando que estas são geridas e investidas em prol do interesse público.**
- Preservar o Estado Social, reforçando as intervenções do Estado Social sobre novas formas de pobreza e exclusão como os cuidadores informais e combatendo aqueles que, na economia social, lucram à custa dele.

Igualdade

Nos últimos anos, vários foram os avanços civilizacionais e legislativos em matéria de igualdade, valorizando e reforçando a capacidade de autodeterminação do indivíduo. A Juventude Socialista tem liderado o debate político relativamente às causas fraturantes, como a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e o casamento por casais do mesmo sexo. Contudo, esta agenda tem carecido de novos impulsos.

Acreditamos que precisam de ser refletidas as novas causas estruturantes do nosso tempo, renovando o desejo de criação de uma sociedade mais justa e progressista. É crucial desfazer o mito daqueles que se levantam para falar contra a força de lobbies em matéria de direitos, liberdades e garantias, visando unicamente apagar o facto destas causas continuarem hoje - como ontem - a necessitarem de defensores acérrimos. Temos Razões para propor:

- A defesa veemente de uma sociedade na qual é urgente uma verdadeira igualdade de oportunidades, livre de discriminações, independentemente da condição social, laboral, física, étnica, de género ou identidade de género.
- Um Estado forte que consiga chegar a todos os cidadãos de igual forma, principalmente em relação à prestação de serviços públicos.
- **A criação de um conjunto de medidas que reforcem a integração e realização de imigrantes na sociedade, com condições dignas de vida, nomeadamente nos campos da habitação e do trabalho, uma vez que Portugal enfrenta um enorme desafio demográfico.**
- A inclusão condigna de minorias étnicas em todas as esferas da sociedade, com particular destaque para a participação

ativa na vida cívica, a educação e o trabalho.

- A oposição firme a atos racistas e discriminatórios, sendo fundamentais políticas públicas estatais e municipais na defesa das minorias.
- A revisitação dos regimes especiais em relação às organizações religiosas, tratando de igual forma todas as confissões.
- Uma nova geração de políticas aplicada a pessoas com deficiências e incapacidades, eliminando o assistencialismo de forma a autonomizá-las e permitindo a respetiva participação social, tendo de ser objetivo a promoção de uma sociedade inclusiva.
- A adaptação dos espaços públicos a nível nacional, eliminando as barreiras arquitetónicas existentes para pessoas portadoras de mobilidade reduzida.
- **A igualdade de género enquanto prioridade da JS neste mandato, focando a promoção de uma verdadeira igualdade salarial, a erradicação da violência de género/orientação sexual, do assédio sexual e da discriminação que as mulheres ainda estão sujeitas, nomeadamente no acesso às lideranças.**
- A criação de mecanismos de apoio no acesso à saúde, educação ou outras áreas da vida, por parte de pessoas discriminadas com base na identidade de género.
- Mudanças culturais radicais relativamente

ao equilíbrio do tempo disponível das mulheres e dos homens, em contexto laboral e pessoal.

- **A regulamentação do trabalho sexual, por entendermos que a hipocrisia subjacente à sua existência não regulada apresenta não só um desrespeito pelos direitos dos trabalhadores do sexo, como também comporta elevados perigos para a saúde pública.**
- A adoção de crianças por casais do mesmo sexo, enquanto direito salvaguardado.
- **A legalização da morte medicamente assistida, no caso dos cidadãos capacitados mental e psicologicamente, de forma a tomarem conscientemente a decisão de colocarem termo à vida por imperativo de doença e sofrimento prolongados e permanentes.**
- Continuar a luta pela legalização e regulamentação do consumo e produção de drogas leves a partir dos 18 anos, integrando uma estratégia de combate ao consumo das drogas duras.

Ambiente e desenvolvimento sustentável

A garantia de condições que permitam uma vida digna a cada homem e a cada mulher é uma das grandes bases do pensamento socia-

lista. As condições ambientais, na medida em que afetam diretamente este propósito, devem constituir um pilar das preocupações na luta pelo primado da igualdade, da liberdade e da justiça social.

A preservação do ambiente requer, antes de tudo, um novo ordenamento do Estado perante o património natural, como é o caso da floresta.

Saudamos por isso a iniciativa do governo da simplificação do cadastro florestal e aguardamos que seja estendida a todo o país. Sabemos que a reforma mais radical - e por isso mais necessária - virá na mudança de hábitos de consumo, na valorização do reaproveitamento material, na transição para uma mobilidade suave e inteligente e num pensamento aprofundado sobre a economia circular e esses devem ser os desígnios que pautam os próximos anos.

Temos Razões de esquerda para propor:

- O posicionamento contra a prospeção e a exploração de petróleo em Portugal, pela firme convicção de que esta é, não apenas danosa para o ambiente, como claramente incompatível com o compromisso que fizemos na COP21 de atingir um modelo neutro em carbono até 2050.
- Que as centrais a carvão de Sines e do Pego, sendo responsáveis por cerca de um quinto das emissões anuais de dióxido de carbono, devem cessar o seu funcionamento até 2025.
- Que reivindicamos que a percentagem de energia renovável consumida em Portugal seja de pelo menos 50% em 2030, devendo o Estado investir em soluções de produção de energia eólica e solar, bem como na produção de energia com base na biomassa.
- Que favorecemos um aumento da Fiscalidade Verde, através do reforço e implementação de instrumentos como a taxa sobre as emissões de carbono, bem como benefícios em sede fiscal para equipamentos de mobilidade elétrica.
- Um melhor aproveitamento energético industrial através da reconversão e construção de eco-parques industriais, como forma de os polos de indústria se tornarem mais sustentáveis.
- A crença de que o Estado deve ser rígido consigo próprio no que diz respeito aos padrões de construção, optando não só pelo uso de materiais que garantam a sustentabilidade energética – Construção Verde - nos seus próprios edifícios, mas também pela instalação de painéis fotovoltaicos ou outras soluções que permitam a produção ou reaproveitamento de energia.
- Que a diminuição de emissão de GEE's deve começar na Administração Central, com a adoção de uma frota de veículos

elétricos para os vários ministérios.

- **Rejeitemos o acesso diferenciado à água no território nacional, defendendo por isso a criação de uma tarifa única para a água e saneamento em todo o território.**
- Onde se verifiquem carências, apelemos à construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais de gestão intermunicipal, que promovam a melhoria da rede de abastecimento de água e saneamento.
- Apoiemos o estudo de novas soluções de abastecimento de água, como tecnologias de dessalinização e tratamento da água do mar.
- Entendamos a universalização do princípio do utilizador-pagador no que diz respeito aos resíduos sólidos como um objetivo justo, através de um sistema de depósito de garrafas de vidro e plástico com tara recuperável para diminuir a quantidade de resíduos depositados em aterros.
- Consideremos essenciais os incentivos à reciclagem e a diminuição dos resíduos produzidos por habitante de forma a atingir as metas comunitárias e do PERSU2020.
- Que o Estado opte por dar o exemplo na sua própria gestão de resíduos, com ações de reciclagem e reaproveitamento dentro dos seus equipamentos, quer a nível central, quer a nível local.
- Saudamos a redução das tarifas nos pas-

ses e a promoção da intermodalidade dos mesmos.

- **Advogamos o reforço de transportes de tração elétrica nas cidades, bem como a construção, reabilitação e eletrificação total da ferrovia como forma de desenvolvimento da mobilidade suave e coesão territorial.**
- Defendemos uma maior fiscalização da circulação de automóveis nas Zonas de Emissões Reduzidas.
- Incentivamos a descarbonização das frotas de transportes públicos coletivos, de forma a despoluir os centros urbanos.
- Propomos o aumento no número de pontos de carregamento de veículos elétricos, bem como uma extensão promovendo a sua utilização em todo o território.
- Apoiamos a adoção de soluções públicas de mobilidade suave e/ou elétrica nos centros urbanos como alternativa ao automóvel, a custos acessíveis a todos os cidadãos.

Bem-estar animal

A preocupação com o bem-estar animal reflete um enorme avanço civilizacional em que a Juventude Socialista sempre foi empenhada, quer local quer nacionalmente. Assim o foi com a abolição da utilização de animais selva-

gens em circos, mesmo antes de esta ser aprovada em sede da Assembleia da República e assim continuará a ser no futuro com os avanços que venham a surgir no que aos direitos dos animais diz respeito. Desse ponto de vista, temos Razões para propor:

- Um reforço financeiro aos municípios para limitar o esforço que estes têm feito desde a proibição efetiva do abate em canis, para que estes possam dar boas condições de vida aos animais que recolhem.
- O reforço na fiscalização do transporte de animais vivos, assegurando o cumprimento das normas comunitárias em toda a extensão da sua presença em território nacional ou transporte para outros pontos do planeta.
- Que entendamos como uma questão de civilidade o fim de apoios e meios público à atividade tauromáquica e aplaudimos a decisão do governo de não lhes conferir um desagravamento em sede de IVA.

Saúde

O Serviço Nacional de Saúde representa uma das maiores conquistas do Portugal democrático. É-o porque a saúde é uma área fundamental dos direitos dos cidadãos, mas também o é devido às impressionantes melhorias vividas pelos portugueses neste cam-

po. No início da década de 70, por cada mil crianças nascidas em Portugal, perto de 55 não completavam o primeiro ano de vida. Em 2012, por cada mil nascimentos apenas entre 2 e 3 não sobreviviam ao primeiro ano de vida.

Entendemos que o SNS se encontra num momento crítico e de transição, com muita pressão para a desresponsabilização do Estado com o descontentamento dos utentes que cada vez mais procuram soluções externas ao SNS.

É urgente inverter esse ciclo vicioso e garantir que o SNS continue a representar uma verdadeira proteção do direito à saúde de todos os portugueses. Para isso será fundamental que o Estado não delegue a sua missão humanista, evitando que esteja dependente da prestação de cuidados por entidades privadas, que se regem pelas suas regras, pela sua ética, e pelos seus objetivos.

Assim, temos Razões de Esquerda para propor como prioritário que:

- A Juventude Socialista defende a abolição das taxas moderadoras, vendo-as como fator decisivo não para evitar as falsas urgências mas para afastar as classes médias do SNS.
- Defendemos uma auditoria transparente, independente e criteriosa às PPP na área da saúde, avaliando a eficácia destas em melhorar a gestão económico-financeira e

os cuidados de saúde prestados.

- É urgente o Estado investir em meios complementares de diagnóstico e terapêutica próprios, respondendo a necessidades crescentes e evitando o recurso sistemático a clínicas privadas para estes exames e tratamentos.
- Propomos descomplicar o acesso aos cuidados de saúde sexuais, permitindo a realização sem marcação nem custos de análises a DST's e comparticipando a vacina do HPV para pessoas do sexo masculino.
- A saúde alimentar deve ser promovida, como forma de prevenção da obesidade e outras doenças. Nesse sentido, defendemos o agravamento do imposto sobre as bebidas açucaradas e a criação do imposto sobre o sal.
- Saudamos e encorajamos a criação de oferta de saúde oral na rede primária do SNS, reconhecendo o papel desta tanto para a saúde como para a autoestima.
- É urgente o aumento da capacidade de resposta do SNS na saúde mental, respondendo tanto ao aumento da prevalência das demências na terceira idade como da ansiedade e depressão nos jovens e na população ativa.
- O Serviço Nacional de Saúde tem de continuar a modernizar-se, fazendo maior recurso da tecnologia para otimizar a relação

com os utentes, otimizar tempos de consulta e a gestão financeira e administrativa dos hospitais.

- Acreditamos em valorizar os recursos humanos que garantem não só um elevado nível de cuidados como também um atendimento humano e próximo. Para tal defendemos a continuidade do reforço dos recursos humanos no SNS e a dignidade das suas carreiras.
- É urgente garantir que não é negado a nenhum jovem médico o acesso à especialidade.

Justiça

A justiça é, para parafrasear Charles De Gaulle, demasiado séria para ser deixada para os advogados e magistrados. O acesso à justiça é um direito fundamental que assegura a proteção de todos face aos mais fortes. É o garante de que as leis, tão virtuosa como a política as souber fazer, têm força.

Ninguém, os jovens socialistas incluídos, está satisfeito com o estado da justiça em Portugal. Ainda que tenha sido possível reduzir substancialmente os processos pendentes, os tribunais ganharam a fama de morosos, complexos e portanto dispendiosos. Ainda que não em dinheiro, todos estes são custos que tornam a justiça inacessível para muitos.

Temos, por isso, Razões de Esquerda para:

- Encorajar a utilização de linguagem clara na legislação como forma de aumentar a literacia jurídica dos cidadãos.
- Modernizar o funcionamento dos tribunais e a gestão do sistema judicial, capitalizando o sucesso dos projetos piloto Tribunal+ e formando os recursos humanos.
- Criar um programa de justiça preventiva que passe por identificar e atuar sobre os principais pontos de tensão social causadores de litígios.
- Continuar a valorização a utilização de mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos.
- Somos contra o encerramento de serviços públicos em regiões do país que já sentem um défice de proximidade às instituições do Estado.

Sociedade Digital e Modernização Administrativa

A digitalização da sociedade tem vindo a alterar com frequência não só a nossa realidade mas também a perceção que temos dela. Vemos nesta dimensão digital um grande potencial, mas também grandes desafios para o futuro. A impossibilidade de desligar do trabalho que nos persegue ou a posse dos nossos dados pessoais são questões reais para a nos-

sa geração e que nunca se colocaram para as anteriores.

Por outro lado, esta revolução digital tem-se apresentado como uma oportunidade de modernização para muitas organizações e também para o Estado. Valorizamos o impulso reformista do governo do PS e o início do Simplex +, bem como a adoção de tecnologias ao nível dos serviços públicos que melhorem o contacto do poder central com os cidadãos. No entanto, acreditamos que há ainda a necessidade de ir mais longe, cristalizando estas vitórias e prosseguindo com novas conquistas. Com razões de esquerda:

- Exigimos que seja legislado o direito a desligar, reconhecendo que o teletrabalho e a conectividade constante, acarretando benefícios claros para o trabalhador e para a sua produtividade, também se apresentam como riscos para a sua qualidade de vida.
- Desejamos que o Estado aja como guardião da privacidade dos seus cidadãos, devendo por isso reforçar e empoderar a Comissão Nacional de Proteção de Dados e agir contra quaisquer incumprimentos do Regulamento Geral de Proteção de Dados ou legislação vigente.
- Rejeitamos que a Internet seja um benefício e de acesso apenas para alguns, desejando por isso que seja criada cobertura de acesso em todas as regiões do país.

- Instamos ao governo que legisle contra as *fake news* como forma de defesa da democracia, contra o alastrar do populismo e da desinformação, onde estas têm servido como principal combustível.

Políticas de Território: Coesão Territorial e Poder Local

Portugal é hoje um país marcado por desequilíbrios regionais vincados, decorrentes da polarização do país em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Estas assimetrias têm provocado enormes dificuldades e tensões nos diferentes territórios, colocando enormes desafios, de diferente ordem, aos territórios de baixa densidade, às cidades médias, aos grandes centros urbanos e também, muito particularmente, às regiões autónomas.

Os desafios da coesão territorial são, por isso, de extrema complexidade por resultarem de desequilíbrios com impactos significativamente diferenciados em todo o território. Pensar o país como um todo implica, assim, valorizar as agendas locais e o assumir de uma estratégia de desenvolvimento para as regiões. As políticas de território, pela sua centralidade, devem pois exigir uma transversalidade em todas as áreas de ação governativa, como fator indispensável e integrado no desenho de políticas públicas, reconhecendo os diferentes desafios

em todo o território.

É por isso que, num país marcado pelas assimetrias locais e regionais, com impactos ao nível do desenvolvimento das diferentes regiões, que importa pensar uma política para o território que combine estratégias de investimento público com modelos de organização territorial do Estado.

Temos Razões para assim:

- Defendermos uma cuidada monitorização do processo de transição de competências, com acompanhamento nas diferentes áreas sectoriais da sua implementação no terreno nesta fase inicial.
- Apoiarmos a criação de condições financeiras para o processo de descentralização, através da disponibilização de um pacote financeiro adequado.
- Destacarmos o papel de especial importância das CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e defendermos o reforço da sua legitimação pela eleição do respetivo órgão executivo por um colégio eleitoral formado pelos membros das câmaras e das assembleias municipais.
- Defendermos a generalização da rede de serviços públicos de proximidade, prevenindo a abertura de novas lojas do cidadão; a abertura de balcões multisserviços; e a criação de unidades móveis de proximidade

dade, que visem assegurar um serviço público de qualidade nos territórios de baixa densidade populacional.

- Defendermos a descentralização gradual de estruturas nacionais, transferindo as suas sedes para diferentes regiões do país.
- Reforçar os mecanismos de apoio e convergência entre as regiões autónomas e o território continental.

Democracia

Para um socialista, a democracia não é o pior sistema com exceção de todos os demais. É seguramente o melhor, assente que está na igual dignidade de cada ser humano e no igual valor que atribuímos ao seu poder de decisão. Todavia, **a democracia não é apenas um exercício eleitoral, nem tampouco um ideal abstrato ou jurídico de liberdades cívicas.**

Vendo a democracia como uma cultura afirmada diariamente, percebemos-a como ameaçada até por líderes eleitos nas urnas ou pelo acelerado esvaziamento dos partidos e da política no Ocidente. A Juventude Socialista não tem receio de qualificar Portugal como uma democracia incompleta. É para se cumprir a democracia que temos Razões de Esquerda para:

- Repudiar todo e qualquer ato de corrupção e abuso de poder. A prioridade dada pelo

Ministério Público a combater este fenómeno, não só na política como também no resto da Administração Pública e setor privado, é bem-vinda.

- Rejeitar as tentativas de alguns partidos ou indivíduos se colocarem numa condição de superioridade moral.
- Recusar a tendência de incompatibilização de anteriores experiências profissionais ou pessoais com o desempenho de altos cargos políticos, elitizando a política como atividade e afastando-a do cidadão comum.
- Valorizar a atividade parlamentar, instituindo a exclusividade dos deputados, com exceções notáveis como a docência.
- Limitar a eleição para mais que três mandatos sucessivos em órgãos executivos, assegurando a renovação periódica das instituições e lideranças.
- Modernizar o direito ao voto, permitindo ao cidadão exercer o seu direito ao voto em qualquer ponto do país ou de forma antecipada, possibilitado pela introdução do voto eletrónico presencial.
- Decorrida uma década das primeiras experiências de orçamento participativo em Portugal, promover um balanço sobre os seus resultados e como reforçá-lo.
- Desburocratizar os mecanismos de participação cidadã, tanto a nível nacional como a nível europeu.

Relações internacionais

A Juventude Socialista é uma organização internacionalista, que pugna pela paz e pela justiça mundial e multiculturalismo. É com base nestes valores que a JS tem, ao longo dos anos, abraçado um conjunto de causas internacionais que motivam a solidariedade política da estrutura. São disso exemplo, nesta última década, a luta pela autodeterminação do povo do Sahara Ocidental e a condição dos refugiados que procuram abrigo no Ocidente da guerra para que o Ocidente tanto contribuiu.

Acreditamos numa visão pluralista das relações internacionais, dependendo não só dos interesses nacionais ou da vontade opaca de líderes políticos ocasionais, mas também do sucesso das causas e da solidariedade que suscitam em condicionar o debate político e recentrar as relações internacionais nos seus destinatários - os mesmos de toda a ação política - as pessoas.

Temos Razões de Esquerda, pois, para:

- Persistir no apoio determinado aos refugiados, através de uma reforma definitiva do sistema de Dublin, da eliminação de barreiras à integração de refugiados e de um reforço do apoio humanitário às regiões em guerra.
- Rejeitar a instituição de fronteiras e muros

à migração, que encaramos como uma inequívoca oportunidade para um país a envelhecer como Portugal.

- Reivindicar o aprofundamento da CPLP como verdadeira comunidade de povos unidos pela partilha de história, língua e cultura, o que apenas se concretizará com a consagração da liberdade de circulação dentro do mundo lusófono.
- Defender para o conflito entre Israel e o Estado da Palestina uma solução de dois estados, tendo como base as fronteiras de 1967 e o direito de regresso dos exilados palestinianos.
- Condenar e combater o recurso a qualquer forma de agressão armada ou prática terrorista.
- Fazer sentir a solidariedade de Portugal com povos em situações de opressão, perseguição ou guerra, como é o caso dos Rohingya na Birmânia ou os sírios.
- Priorizar os direitos humanos e a democracia sobre o histórico das relações bilaterais, contrariando alguma indiferença diplomática com a eleição de figuras como Bolsonaro, Salvini ou Trump.
- Defender o multilateralismo como paradigma ordenante da política internacional, nomeadamente através da defesa de instrumentos multilaterais como os Acordos de Paris ou o Compacto Global para as Migrações.

Europa

Nos últimos 10 anos a Europa foi, para muitos europeus, sinónimo de austeridade, de falta de oportunidades e de falta de soberania democrática. A geração mais jovem foi uma das maiores vítimas deste caminho político, que pagou e continuará a pagar a fatura do desemprego, da emigração e do abandono escolar que resultaram da austeridade. Não foi para isto que construímos a União Europeia.

Acreditamos num projeto europeu fundado em valores como a paz, a solidariedade e a liberdade. Essas são conquistas reais dos últimos 50 anos de integração europeia. Os últimos dez anos representaram um claro e inequívoco retrocesso nesse projeto europeu. Está na hora de assumir que a Europa enveredou por um rumo errado e que é necessário inverter a direção.

Estas eleições europeias têm lugar num momento crítico para a Europa, com o Brexit a provar que a integração europeia não é irreversível e com a ameaça populista a materializar-se em vários países. Este é o momento de afirmar que a próxima década não precisa de ser igual a esta. Este é o momento de afirmar que a próxima década deve ser de uma Europa de esperança e oportunidade, em particular para os mais jovens.

Temos, pois, Razões de Esquerda para:

- Defender uma Europa das pessoas. Queremos reforçar a democracia europeia através do Parlamento Europeu, concedendo-o poder de iniciativa política, por ora reservado à Comissão.
- Rejeitar uma Europa dividida entre os povos do Sul e do Norte, atribuindo aos primeiros todos os defeitos e aos segundos todas as virtudes. Apenas combateremos esta divisão pela convergência.
- Querer reparar o processo de convergência através da criação no Orçamento Europeu de uma Facilidade de Convergência que apoie a implementação de reformas em países com PIB abaixo da média da UE.
- Reclamar um Orçamento Europeu à altura dos desafios que enfrentamos, e portanto necessariamente maior, reforçado por novos impostos europeus.
- Repudiar a tentativa de cortar diretamente ou indiretamente através das taxas de cofinanciamento a Política de Coesão que vemos, não como antiquada mas como central à melhoria das nossas oportunidades. Central que tem sido a ação do Banco Central Europeu e do Eurogrupo nesta década, defender a inclusão do pleno emprego como mandato do BCE e a negociação de um tratado para democratização da zona euro.
- Não dissociar a redução e a partilha de ris-

co no sistema financeiro, para as quais é essencial avançar com um Seguro Europeu de Depósitos e uma garantia sobre o Fundo Único de Resolução.

- Exigir uma solução europeia para a herança de dívidas soberanas avultadas. Para isso defendemos a compra de até mais 20% do PIB pelo BCE, o que na prática elimina o fardo destas sobre os Estados e as populações.
- Criar um Fundo de Estabilização Europeu, destinado a proporcionar transferências na ocasião de choques assimétricos.
- Continuar a oposição ao Tratado Orçamental enquanto camisa-de-forças da política orçamental dos Estados-Membros.
- Garantir que a disciplina orçamental não é feita à custa do investimento público e das futuras gerações, pelo que propomos substituir as regras de despesa e de saldo estrutural por uma regra de saldo corrente.
- Recusar, enquanto Geração Erasmus, que a liberdade de circulação seja constrangida por buracos na rede de segurança social europeia. Defendemos a portabilidade das contribuições sociais para proteção na doença, maternidade e desemprego dentro da União Europeia.
- Defender uma Autoridade Europeia para as Condições do Trabalho que contribua para juntos sermos mais eficazes a regu-

lar o trabalho transfronteiriço e o trabalho em plataformas eletrónicas.

- Iniciar o debate sobre a instituição de um Salário Mínimo Europeu e um Subsídio de Desemprego Europeu, a fim de promover a convergência social.
- Concretizar o Pilar Social consagrado na Cimeira de Gotemburgo, dotando-lhe de força legislativa e programação orçamental necessária a assegurar um modo de vida europeu a todos os que vivem na União.
- Assumirmos, se for preciso, uma integração europeia a duas velocidades, desde que a diferenciação de velocidades não seja usada para excluir mas para afirmação democrática das instituições Europeias.

DESAFIOS INTERNOS

Os desafios colocados às estruturas políticas de juventude na defesa de um projeto de sociedade implicam uma forte capacidade de organização interna.

A exigência colocada no desafio de permanente construção de uma comunidade de ativistas informada e com capacidade de intervenção requer da Juventude Socialista uma forte capacidade de ação, ancorada na capacidade de articulação das agendas locais, concelhias, federativas e nacional.

A gestão de uma estrutura de juventude com mais de 30.000 militantes, organizada territorialmente em 21 federações e em aproximadamente 200 estruturas concelhias, para além dos diferentes núcleos de escola e residência, revela a complexidade da malha organizativa da Juventude Socialista e dos enormes desa-

fios colocados aos seus diferentes níveis de intervenção.

A defesa de uma política de intervenção em proximidade evidencia a procura de uma resposta através da presença no terreno, em contacto direto com os militantes e as estruturas locais, não esgotando, contudo, a necessidade permanente de reforço do apoio dado às estruturas territoriais na sua ação diária.

A capacitação dos diferentes militantes e estruturas deve ser acompanhada de uma política de comunicação interna forte, contribuindo para o fomento do debate interno, para a formação dos militantes mas, também, para o reforço da ligação à estrutura nacional.

Esta visão encontra no papel da estrutura nacional mais que um agregador de vontades com intervenção política à escala nacional,

uma estrutura capaz de acrescentar valor às agendas locais e à participação cívica de cada militante.

Acreditamos na visão de uma estrutura aberta a todos, que facilite a integração de novos militantes mas, também, que seja capaz de diariamente contribuir para sedimentar o sentimento de pertença a uma comunidade valorizadora de diferentes perfis de participação e militância.

A defesa de uma plataforma de intervenção política inclusiva e socialmente responsável, institucionalmente balizada, com real implementação local e capaz de comunicar diretamente com os seus militantes é o ponto de partida para uma intervenção externa sólida, estruturada e qualificada, com capacidade efetiva de se afirmar como um agente ativo na defesa do nosso projeto político.

Valorização de diferentes perfis de militância

O reconhecimento da diversidade de perfis dos militantes da Juventude Socialista é uma questão de grande relevância, devendo materializar-se na defesa de uma plataforma valorizadora da diferença.

As diferentes experiências, vivências e condições pessoais dos militantes da Juventude Socialista devem ser valorizadas como ele-

mentos enriquecedores de um projeto político comum, inclusivo e interclassista.

Este reconhecimento da diversidade comporta a necessidade de compreensão das especificidades e diferentes desafios etários, regionais e de género inerentes à participação na nossa estrutura, tendo em vista a promoção de práticas que fomentem a igualdade de oportunidades de participação de todos.

Assim, temos Razões para propor:

- A existência da preocupação para uma diversificação geográfica no local das diferentes iniciativas nacionais a realizar.
- A criação de mecanismos de compensação ou apoio para mitigação dos custos inerentes às deslocações de militantes de estruturas geograficamente mais distantes.
- A defesa, em sede de revisão estatutária, da aplicação de quotas de género de 40% na composição dos órgãos da Juventude Socialista.
- A aposta no rejuvenescimento da estrutura e consequente redução da idade média dos militantes da Juventude Socialista.
- A aposta na inclusão de perfis sub-representados na estrutura da Juventude Socialista.

Formação

A ambição formativa deve ser uma das traves

mestras da intervenção interna da estrutura, ancorada no desenho de uma agenda interna mobilizadora e geograficamente equilibrada, criando e dinamizando academias de formação em todo o país.

A criação de um projeto estruturado de formação dos militantes da JS procura robustecer a estrutura na capacidade de propositura política mas também o contributo cívico de cada cidadão nas suas diferentes esferas de intervenção.

Assim, pretende-se dar corpo a uma vertente formativa de carácter contínuo, que verse sobre capacitação ideológica e sectorial, somando aos eventos mais emblemáticos já existentes.

Assim, temos Razões para propor:

- A continuidade e aprofundamento da realização da Academia Mário Soares.
- A criação de uma agenda e projeto formativos contínuos, com abrangência geográfica representativa, incidindo sobre formação ideológica de base, assim como sobre matérias sectoriais relevantes.
- A criação de projeto piloto de Academias de Debate, um projeto de âmbito nacional que vise potenciar a reflexão crítica dentro da estrutura.
- A disponibilização de estudos e relatórios, valorizando o papel do Gabinete de Estudos, tendo em vista a capacitação permanente da estrutura.

Comunicação Interna

A capacidade de comunicar eficazmente a nível interno, com as diferentes estruturas e diretamente com os militantes, é a primeira condição para uma ação externa consistente.

A valorização da vida interna da estrutura, dotando-a nos seus diferentes níveis de intervenção de agilidade na capacidade de resposta, visa a prossecução deste objetivo, reforçando o papel fundamental de todos os militantes e estruturas para o sucesso da estrutura como um todo.

Tendo a Juventude Socialista feito um importante esforço neste sentido, reformando de forma contínua a sua capacidade de resposta, quer através da diversificação de meios e protocolos, quer através da progressiva desmaterialização de processos.

Neste campo temos Razões para propor:

A disponibilização de kit de imagem e email para todas as estruturas locais.

- O reforço dos meios de comunicação direta com todas as estruturas locais.
- A avaliação dos primeiros três anos de utilização de todo o processo de funcionamento do JS Hub, com auscultação de todas as estruturas concelhias e federativas.
- A sucessiva desmaterialização dos processos e desburocratização dos procedimentos administrativos que dizem respeito à militância.

Comunicação Externa

A afirmação externa da Juventude Socialista depende da capacidade de a estrutura se projetar nos diferentes setores da sociedade civil, através da sua ação e das suas causas.

A diversidade de meios e de plataformas de intervenção tem contribuído para a complexificação da atividade comunicacional, sendo hoje particularmente exigente, requerendo uma atenção redobrada.

A capacidade de afirmação externa depende, nos dias de hoje, da capacidade de criação de diferentes conteúdos, sejam eles fotografia, vídeo, texto ou produção gráfica e da capacidade de os utilizar eficazmente nas diferentes plataformas, sejam elas através de meios tradicionais ou meios emergentes.

Assim, temos Razões para propor:

- A renovação do site da Juventude Socialista.
- A revitalização do jornal Jovem Socialista.
- A aposta numa linha gráfica renovada e dinâmica, sem alteração da identidade gráfica institucional da Juventude Socialista.
- A aposta na criação de conteúdos fotográficos e de vídeo.
- A aposta na utilização das redes sociais institucionais.
- O reforço da ligação aos diferentes meios de comunicação social.

Estruturas autónomas

As estruturas autónomas da Juventude Socialista fazem hoje parte da vida da estrutura, tendo dinâmicas e agendas próprias que devem ser valorizadas.

As diferentes culturas e práticas associadas às diferentes estruturas autónomas devem suscitar do Secretariado Nacional o apoio permanente à sua atividade, em estrito respeito pela sua autonomia.

A harmonização e potenciação das sinergias passíveis de serem geradas através da consensualização das linhas de atuação e agendas de intervenção devem ser uma prioridade, alicerçadas num sentido de compromisso para com as causas da Juventude Socialista.

Assim, temos Razões para propor:

- O apoio à realização ao Fórum das Organizações Autónomas.
- O apoio e incentivo à atividade das estruturas.
- A valorização da atividade desenvolvida pelas estruturas autónomas.
- A integração das estruturas autónomas na atividade diária da Juventude Socialista.

Estrutura Pegada zero

A Juventude Socialista assume-se como uma estrutura fortemente comprometida com as

causas ambientais, visando na sua ação procurar, o mais possível, adotar comportamentos ecologicamente sustentáveis.

Assim, a Juventude Socialista assume-se como a primeira estrutura política de juventude com pegada ecológica zero, assumindo a compensação da pegada ecológica da sua atividade.

Esta preocupação será ainda materializada na ação diária através da adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, enquadradas com os princípios do Acordo de Paris.

Assim, a Juventude Socialista tem Razões para se propor a:

- Quantificar a sua pegada ecológica, visando compensar integralmente o carbono produzido através da plantação de árvores.
- Acabar com a utilização de instrumentos de plástico descartável.
- Reforçar a utilização de materiais reciclados.

**RAZÕES
DE ESQUERDA**



MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

www.razoesdeesquerda.pt